

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone : 517 700 Fax : 517844 website: www. africa-union.org

CONSELHO EXECUTIVO
Nona Sessão Ordinária
25 – 29 de Junho de 2006
Banjul, Gâmbia

EX.CL/283 (IX)

INTEGRAÇÃO DE ÁFRICA NO SISTEMA DE COMÉRCIO
MULTILATERAL: ÚLTIMOS DESENVOLVIMENTOS DAS
NEGOCIAÇÕES DA OMC E DOS ACORDOS DE PARCERIA
ECONÓMICA (APE)

**INTEGRAÇÃO DE ÁFRICA NO SISTEMA DE COMÉRCIO MULTILATERAL:
ÚLTIMOS DESENVOLVIMENTOS DAS NEGOCIAÇÕES DA OMC E DOS
ACORDOS DE PARCERIA ECONÓMICA (APE)**

I. INTRODUÇÃO

A eliminação dos desequilíbrios no sistema de comércio multilateral é necessária para melhorar o desempenho da África ao nível do comércio mundial, bem como a utilização do comércio como um instrumento efectivo para a consolidação de um desenvolvimento económico rápido e sustentável dos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento (OMD). Desde o começo desta década, os países africanos, sob a coordenação da União Africana, têm estado envolvidos em dois grupos principais de negociações de comércio internacional (a OMC e os APE) que têm por finalidade alcançar este objectivo e integrar a África no sistema de comércio multilateral. Embora as negociações, tanto da OMC como dos APEs estejam actualmente na sua fase final, a África ainda se confronta com grandes desafios que requerem uma resposta colectiva ao nível do continente.

II. NEGOCIAÇÕES DA OMC SOBRE O PROGRAMA DE TRABALHO DE DOHA

Na 4ª Conferência Ministerial da OMC realizada em Doha, Qatar, em Novembro de 2001, os Estados-membros da Organização adoptaram um programa de trabalho, a agenda de Desenvolvimento de Doha, que tinha como objectivo, em primeiro lugar, centralizar o desenvolvimento no sistema de comércio multilateral. Na expectativa de que o compromisso de Doha seria concretizado, os países africanos participaram activamente nas negociações em curso da OMC. As posições comuns sobre questões de interesse relacionadas com o continente africano foram estruturadas e apresentadas nas declarações ministeriais (nomeadamente o Consenso de Kigali, o Roteiro de Cairo e as Referências de Arusha).

As principais questões de interesse e de preocupação para a África nas negociações da OMC incluem:

- O aumento do acesso de mercado para os produtos agrícolas e industriais africanos, através da eliminação das subvenções de exportação agrícola e do apoio nacional que concorre para a distorção do comércio, bem como elevadas tarifas agrícolas e industriais;
 - A concretização de regras equilibradas e justas do sector comercial que tomem em devida conta o nível de desenvolvimento dos países africanos e forneçam espaços políticos adequados e flexibilidade suficiente, a fim de determinar as suas políticas comerciais;
 - O aumento de assistência técnica relacionada ao sector comercial e à capacitação para a eliminação dos constrangimentos relacionados ao aprovisionamento que impede o crescimento e desenvolvimento de África;
- e

- A rápida revisão do Tratamento Especial (SeD) das disposições dos Acordos da OMC, com vista a reforça-las, tornando-as mais claras, efectivas e operacionais.

Se estas preocupações e interesses forem tratadas adequadamente, a África estaria melhor integrada no sistema de comércio multilateral e teria uma partilha mais justa no âmbito do comércio global. As negociações em curso do Programa de Trabalho de Doha têm sido lentas, especialmente em áreas de interesse para África. Na verdade, as negociações sobre questões principais de interesse para o continente têm sido caracterizadas por falta de prazos estipulados, o último, tendo sido fixado para o final do mês de Abril de 2006, estabelecido para as formulações e modalidades em agricultura e no NAMA. Têm-se registado alguns resultados positivos em África, no quadro das negociações da Mesa Redonda de Doha, até à data presente. Os mesmos incluem a extensão do período de transição do Acordo de TRIP para os PMAs e a incorporação da solução temporária de Agosto de 2003 numa emenda do acordo de TRIPs, os 97% do acesso ao direito de isenção para os PMAs e a decisão da 6ª Conferência Ministerial da OMC sobre a Ajuda na área do Comércio. As maiores preocupações de África tais como o acesso ao mercado, apoio ao nível interno, concorrência de exportação/flexibilidade adequadas, tratamento apropriado (SeD), erosão preferencial, oscilação de preços de matérias-primas, modo 4 de fornecimento de serviços e questões relacionadas com a implementação, deverão ser devidamente estabelecidas.

A falta de progresso das negociações da Mesa Redonda de Doha, tem sido acentuada devido à ausência de vontade política da parte dos países desenvolvidos e de alguns países grandes em vias de desenvolvimento que carecem de flexibilidade nas suas posições de negociação. Eles não têm sido capazes de concordar em termos de ambição durante as negociações e parecem não estar empenhados num resultado ambicioso de pro-desenvolvimento. Alguns dos intervenientes nas negociações têm sido contra, ou indiferentes no seu apoio para uma posição africana. Esses intervenientes, por exemplo, gostariam de beneficiar da ajuda para o sector do comércio para servir como um substituto mais propriamente do que um complemento para os compromissos do Programa de Desenvolvimento de Doha.

A conclusão sucedida da Ronda de Negociações de Doha durante as negociações da OMC é crítica para a integração efectiva da África no sistema de comércio multilateral e na melhoria da partilha do continente. A África deveria manter o seu compromisso quanto à implementação do DDA, tendo como prioridade o desenvolvimento, como foi acordado na Declaração de Doha. Nesta fase crucial de negociações, os países africanos deveriam manter-se unidos e vigilantes na defesa das suas posições comuns e insistir nas modalidades completas que estabelecem adequadamente as questões de interesse e preocupações para o continente e que garantirá um resultado consistente com os objectivos de desenvolvimento da Ronda de Negociações. O apoio aos esforços envidados pelos negociadores africanos, no que diz respeito às missões de alto nível da UA, programadas para fazer consultas junto aos grandes líderes políticos de alguns principais intervenientes nas negociações da OMC podem contribuir para atingir um resultado ambicioso de pro-desenvolvimento no quadro de negociações.

III. NEGOCIAÇÕES DO APE

No Acordo de Parceria de Cotonou (APE) que foi assinado em 2000, a UE e os países de África, Caraíbas e Pacífico (ACP) comprometeram-se em negociações que visam um novo regime comercial em forma de Acordos de Parceria Económica (APE) que seria compatível às Normas da OMC. Por outro lado, foi acordado que os APEs deveriam servir como instrumentos chaves para a promoção de um desenvolvimento económico sustentável, a erradicação da pobreza e a integração dos países ACP na economia global. Um princípio fundamental dos APEs é que eles deveriam reconstruir, reforçar e jamais entravar as iniciativas de integração regional dos países ACP.

Segundo a conclusão do CPA, a UE e os ACP têm estado primeiramente ao nível da UE e todos os países ACP e actualmente ao nível regional. De momento, quatro dos Grupos Geográficos/CERs (CEMAC, CEDEAO, SADC e ESA) estavam envolvidos nas negociações dos APEs com a UE. Se os objectivos e princípios fundamentais dos APEs, como foi estabelecido no CPA, aderirem ao regime comercial, poderá trazer um novo dinamismo e uma nova estratégia de dimensão à cooperação África-Europa na área do comércio. Pode servir de um importante instrumento para aumentar o comércio e o desempenho dos países africanos.

Embora as negociações dos APEs estejam previstas para finais de Dezembro de 2007, não se registaram grandes progressos na construção dos APEs, o que pode servir como instrumento efectivo para a promoção de um desenvolvimento sustentável e uma integração económica em África. O maior problema a este respeito é a divergência fundamental de opiniões entre a UE, os grupos/CERs africanos envolvidos nas negociações para o desenvolvimento dos APEs. A posição de África baseada nas lições tiradas da experiência da cooperação comercial África-Europa, ao abrigo das Convenções de Lomé, é que para além dos recursos de produção, provisões, comércio e capacidades relacionadas, e o financiamento de custos aplicáveis aos APEs, torna-se crítico que o regime comercial seja orientado para o desenvolvimento. Os APEs não deveriam desviar os recursos destinados ao programa de desenvolvimento sob as disposições do EDF. O centro de interesse da UE em fazer com que os APEs tenham um desenvolvimento orientado, tem sido principalmente no sector da liberalização e da promoção do comércio. A atitude da UE sobre esta questão crítica de capacitação é evidente quanto à implementação inadequada do Artigo 37.3 do CDA, que fornece medidas de capacitação a fim de serem estabelecidas antes da conclusão das negociações dos APEs. Além do apoio à capacitação das CERs nas negociações comerciais, não houve grande evolução nesta área.

Os outros principais desafios que a África enfrenta nas negociações dos APEs, incluem a falta de coerência entre posições dos APEs e da OMC nas negociações, especialmente sobre as chamadas questões de Singapura, tal como a política de concorrência, o investimento e as aquisições do governo, a falta de congruência entre as configurações geográficas dos APEs e os grupos de integração regional devido, sobretudo, à recente duplicação de filiações; a não inclusão da Comissão da UA nas estruturas de negociações dos APEs e a

falha de alguns grupos/CERs africanos no envio de relatórios à CUA sobre as suas negociações dos APEs numa base regular e atempada e, por conseguinte, limitando o papel de coordenação da Comissão e as prioridades divergentes de negociações nos grupos/CERs que não podem ser atribuídas a diferenças nas boas necessidades de desenvolvimento.

Há uma necessidade urgente de determinar os desafios acima mencionados para a concretização dos APEs de pro-desenvolvimento. Relativamente à divergência fundamental ente as posições africanas e os da UE relativamente aos conteúdos de desenvolvimento dos APEs, torna-se crítico sensibilizar a opinião europeia e fazer consultas junto às altas esferas políticas da UE para assegurar que os APEs sejam adaptadas a instrumentos de desenvolvimento, não só de nome mas também na prática. A Segunda Cimeira África-Europa, prevista para Lisboa, Portugal, será uma oportunidade para debater esta questão ao alto nível.

O Artigo 37-4 do CPA fornece uma revisão compreensiva sobre os APEs. A capacidade da Comissão da UA necessita de ser reforçada a fim de coordenar os resultados das revisões pelos grupos/CERs africanos, negociando com os APEs para a preparação e apresentação de um relatório abrangente no processo dos APEs aos órgãos políticos da União Africana. A fim de manter a unidade e solidariedade da África no processo dos APEs e assegurar que os APEs sejam consistentes com o desenvolvimento do continente e os objectivos de integração regional, os grupos/CERs negociando sobre os APEs com a UE necessitarão de submeter os seus projectos de Acordos aos Órgãos Políticos da UA para a consideração e aprovação antes da sua finalização com a UE. Os APEs representam apenas uma das possíveis opções dos regimes comerciais do pos-Lomé África-Europa. Há necessidade de se realizarem estudos sobre as alternativas dos APEs e, em caso de divergências de posições, este regime comercial não pode ser resolvido.

2006

Integration of Africa into the multilateral trading system: recent developments in the WTO and EPA negotiations

African Union

African Union

<http://archives.au.int/handle/123456789/4170>

Downloaded from African Union Common Repository